

Concentração, internacionalização e *fast-publishing*: permanência da relação colonizadora no mercado editorial brasileiro do impresso ao digital¹

Pollyanna de Mattos Moura Vecchio²

Thaís Cristina Oliveira Afonso de Jesus³

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – CEFET-MG

Universidade de São Paulo – USP

RESUMO

Este artigo analisa como as dinâmicas de concentração editorial, internacionalização de selos nacionais e a ascensão do modelo de *fast-publishing* no Brasil reproduzem estruturas de dominação colonial no campo da produção cultural. Argumenta-se que, tanto na produção de livros impressos (controlada por conglomerados editoriais do Norte Global) quanto nos livros digitais (mediados por plataformas de empresas transnacionais como Amazon e Rakuten), o que se consolida é a permanência de uma relação colonizadora que subordina o mercado editorial brasileiro a interesses externos. A partir de dados empíricos e análise bibliográfica, o texto evidencia como essas formas contemporâneas de intermediação aprofundam a precarização do trabalho autoral, comprometem a bibliodiversidade e reiteram a posição periférica do Brasil na cadeia global de circulação do livro.

PALAVRAS-CHAVE

Concentração editorial; *Fast-publishing*; Colonialidade; Capitalismo de plataforma; Bibliodiversidade.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o campo editorial tem sido atravessado por transformações significativas decorrentes da digitalização, da plataformização dos serviços e da crescente internacionalização dos grupos editoriais. Tais mudanças redesenharam as relações entre autores, leitores e intermediários, introduzindo novas possibilidades de publicação ao mesmo tempo em que impuseram desafios à sustentabilidade do trabalho autoral e à diversidade cultural.

¹ Trabalho apresentado ao Grupo de Pesquisa – Produção Editorial, no 25º Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 48º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado de 1 a 5 de setembro de 2025.

² Doutora em Estudos de Linguagens pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens do CEFET-MG. pollyannamattosvecchio@gmail.com.

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo. thaisafonso@usp.br

Duas tendências destacam-se nesse cenário: de um lado, a concentração e compra de editoras brasileiras por conglomerados europeus e norte-americanos; de outro, o avanço de plataformas digitais como o Kindle Direct Publishing, da Amazon, que popularizaram a autopublicação, mas sob modelos precários de remuneração e controle algorítmico. Assim, tanto a concentração editorial quando a *fast-publishing*⁴ se articulam em um processo contínuo de colonialidade do saber, em que o Brasil ocupa uma posição periférica no sistema global de produção e circulação do livro, seja impresso ou digital.

Entende-se como *fast-publishing* a manifestação do capitalismo de plataforma no mercado editorial, intensificado pelas tecnologias digitais e pela atuação de grandes empresas multinacionais. Caracteriza-se pelo uso de algoritmos (datificação), pela plataformização com precarização do trabalho autoral (royalties baixos) e pela produção padronizada em escala industrial, guiada por curadorias algorítmicas voltadas à viralização e à lucratividade baseada em micropagamentos.

A proposta deste artigo é, portanto, analisar a permanência da lógica colonizadora no mercado editorial brasileiro, articulando as formas tradicionais e digitais de publicação sob uma chave comum: a subordinação estrutural do Sul Global às determinações econômicas, estéticas e simbólicas do Norte Global. Ao explorar o funcionamento de conglomerados internacionais no Brasil e as consequências do modelo *fast-publishing*, propomos uma leitura crítica dos impactos dessa lógica sobre a bibliodiversidade e a autonomia criativa.

1 CONCENTRAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO: COLONIALIDADE NO MERCADO EDITORIAL DE LIVROS IMPRESSOS NO BRASIL

O mercado editorial brasileiro encontra-se, hoje, fortemente influenciado por dinâmicas globais de concentração e internacionalização, resultado da aquisição de diversas editoras nacionais por grandes conglomerados editoriais estrangeiros. Como demonstra Muniz Jr. (2016), desde os anos 1990, editoras antes independentes ou familiares passaram a ser incorporadas por *holdings* internacionais, muitas vezes ligadas a grupos de mídia, educação e tecnologia. Esse processo de concentração não apenas

⁴ Termo utilizado para se referir à publicação em condições precárias de trabalho e produção, analogamente à indústria do fast-food e diferente da ideia usada na comunicação científica, em que *fast-publishing* se refere ao processo de publicação de artigos científicos ou pesquisas em um período mais curto do que o usual.

modifica as estruturas econômicas do setor, mas impõe padrões editoriais, estéticos e econômicos alinhados às exigências do mercado internacional. Fazemos uma apresentação dos principais casos de concentração editorial no Brasil nas últimas décadas.

A Companhia das Letras se consolidou como um dos maiores grupos editoriais do país após sua aquisição progressiva pela Penguin Random House, pertencente ao conglomerado alemão Bertelsmann. Essa empresa passou a deter participação majoritária na Companhia, incorporando ao longo dos anos editoras como Objetiva, Zahar, Brinque-Book e JBC. De maneira semelhante, a HarperCollins Brasil, braço da norte-americana HarperCollins Publishers, ampliou sua atuação nacional a partir da aquisição de editoras como Thomas Nelson Brasil e Harlequin.

O Grupo Planeta, com sede na Espanha, estabeleceu presença no Brasil em 2003, atuando nos segmentos de ficção, não ficção e literatura infantojuvenil. Já a Santillana, vinculada ao Grupo PRISA, lidera o setor de livros didáticos por meio das editoras Moderna e Salamandra. O Grupo Editorial Record, por sua vez, embora ainda de controle nacional, expandiu-se por meio da aquisição de editoras históricas como José Olympio, Civilização Brasileira e Paz e Terra.

Essa configuração demonstra como o mercado editorial brasileiro é atravessado por uma lógica de oligopólio, na qual poucas corporações, muitas delas transnacionais, detêm o controle de uma ampla fatia da produção e distribuição de livros. Tais conglomerados tendem a operar com base em critérios de rentabilidade imediata, alta rotatividade de títulos e alinhamento com as tendências globais de mercado, o que ameaça diretamente a bibliodiversidade e a sustentabilidade das editoras independentes. A seguir, apresenta-se uma linha do tempo a partir dos anos 2000 com alguns marcos desse processo no Brasil.

Quadro 1: Linha do Tempo - Formação de conglomerados editoriais no Brasil

Ano	Mudanças e fusões
2001	A Santillana adquire a Editora Moderna consolidando sua presença no setor de livros didáticos.
2003	O Grupo Planeta inicia operações no Brasil estabelecendo a Editora Planeta do Brasil Ltda.
2012	O Grupo Editorial Record adquire a Editora Paz e Terra ampliando seu catálogo em ciências humanas.
2015	Criação da HarperCollins Brasil a partir de uma <i>joint venture</i> entre HarperCollins Publishers e Grupo Ediouro.
2017	A HarperCollins Brasil assume 100% das operações no país encerrando a parceria com o Grupo Ediouro.

2018	A Penguin Random House amplia sua participação na Companhia das Letras para 70%.
2019	A Companhia das Letras adquire a Editora Zahar consolidando sua posição no mercado de ciências humanas.
2020	Aquisição da Brinque-Book pela Companhia das Letras reforça sua atuação no segmento infantil.
2022	Compra de 70% da Editora JBC, referência em mangás, no Brasil pela Companhia das Letras.

Fonte: Elaborado pelas autoras (2025).

2 FAST PUBLISHING: COLONIALIDADE NO MERCADO EDITORIAL DE LIVROS DIGITAIS NO BRASIL

Paralelamente aos processos de concentração e internacionalização no mercado editorial brasileiro, observou-se a ascensão da Amazon como um ator determinante no cenário editorial, não só, mas principalmente no mercado de livros digitais. Fundada em 1994 como uma livraria virtual, a empresa expandiu-se rapidamente, tornando-se um império tecnológico com atuação nos setores de logística, computação em nuvem, mídia, varejo digital e, hoje mais do que nunca, *streamings* de livros e de produtos audiovisuais, com seus produtos por assinatura Kindle Ilimitado e Amazon Prime.

A plataforma de autopublicação Kindle Direct Publishing (KDP, da Amazon), juntamente com a gigante japonesa de tecnologia Rakuten, com seu Kobo Writing Life, transformou radicalmente o mercado editorial ao permitir que qualquer autor publicasse seu livro diretamente, sem a intermediação de uma editora tradicional.

O modelo de negócios da Amazon baseia-se na exploração do trabalho multifuncional dos autores, na padronização dos conteúdos e na centralidade dos algoritmos como critério de visibilidade e sucesso comercial. Ao operar com margens de lucro extremamente agressivas e com poder de barganha sobre editoras e distribuidores, a Amazon contribui para o enfraquecimento das livrarias físicas, a concentração de mercado e a imposição de práticas comerciais abusivas.

Para subsidiar esse modelo de negócios, muitos ramos da Amazon funcionam no esquema de “uberização”, termo que tem sido usado para descrever formas precarizadas de trabalho promovidas por grandes empresas de tecnologia que substituem serviços locais. Derivado do nome da empresa norte-americana Uber, de intermediação de serviços de transporte, segundo Abílio (2020, p. 14), trata-se de uma “[...] tendência global que

estabelece novas formas de organização, gerenciamento e controle do trabalho”. Esse fenômeno integra o que se convencionou chamar de plataformação do trabalho ou capitalismo de plataforma, definido por Srnicek (2016) como um modelo baseado na centralização de dados e recursos em plataformas digitais, que extraem, analisam e negociam globalmente informações dos usuários como principal fonte de valor.

No setor editorial, a lógica do capitalismo de plataforma se manifesta em serviços como os da Amazon e Rakuten, que oferecem autopublicação sem mediação editorial tradicional. Embora promovam a ideia de autonomia autoral, essas plataformas operam sob uma lógica de precarização: contratos padronizados, ausência de garantias trabalhistas, royalties irrisórios e forte dependência de algoritmos para recomendação e visibilidade.

No Kindle Unlimited, serviço de leitura por assinatura da Amazon, os autores são remunerados conforme o número de páginas lidas, calculado por um sistema chamado Kenp. Esse valor é extraído de um fundo global alimentado pelas assinaturas mensais, e, no Brasil, gira em torno de R\$0,01 por página. Assim, um livro de 100 páginas lido por completo gera apenas R\$1,00, dos quais o autor pode receber até 70%. Trata-se de uma remuneração considerada irrisória, especialmente diante dos custos de produção, mesmo no formato digital, agravada pela falta de transparência dos critérios usados na contagem e nos pagamentos.

Conforme mencionamos, esse sistema de monetização integra um cenário mais amplo conhecido como capitalismo de plataforma, no qual grandes empresas de tecnologia intermedeiam e controlam serviços diversos – como transporte (Uber), entrega de alimentos (Ifood), hospedagem (Airbnb) e prestação de serviços (GetNinjas) – por meio de plataformas digitais. Nessa lógica, o trabalho é reorganizado e precarizado, com trabalhadores sendo pagos por tarefa ou demanda, frequentemente sem garantias, expostos a sistemas algorítmicos fechados, ranqueamentos injustos e decisões automatizadas.

Como consequência, a produção editorial é orientada por mecanismos de visibilidade algorítmica: quanto mais rápido e frequente for o ritmo de publicação, maior a chance de permanência nos rankings de vendas e, consequentemente, maior a exposição do livro. Tal lógica, porém, implica uma precarização do trabalho autoral, uma vez que a exigência de produtividade constante não é acompanhada por condições de remuneração justa, suporte técnico ou reconhecimento profissional.

Essas dinâmicas configuram um aumento de um tipo de “mercadoria cultural contingente” (Poell; Nieborg, 2018), também evidente em setores como o audiovisual (por exemplo, no YouTube e TikTok) e o fonográfico (por exemplo, no Spotify). Nesses ambientes, a baixa remuneração incentiva uma produção seriada em busca da viralização (única forma de gerar remuneração satisfatória), daí a enxurrada de conteúdos modelados a tendências e com formatos cada vez mais breves, haja vista os vídeos do tipo *shorts*.

No caso dos livros autopublicados com aspirações à viralização nessas plataformas, o autor torna-se um prestador de serviços autogerido, submetido a métricas de desempenho e curadorias invisíveis, regidas por sistemas de ranqueamento, palavras-chave e volume de vendas. Nesse arranjo, o controle do fluxo editorial é deslocado para plataformas sediadas em países centrais, contribuindo para a perpetuação de uma hierarquia global do saber em que o Brasil opera como mercado consumidor e fornecedor de conteúdo sob demanda, mas sem autonomia plena sobre seus meios de circulação e reconhecimento cultural.

No centro dessas mudanças, emerge o conceito de *fast-publishing* (Vecchio, 2022), que se refere a um modelo de produção editorial digital caracterizado pela alta velocidade de produção, automação de processos e remuneração reduzida. Inspirado em analogias com indústrias como a *fast fashion* e o *fast food*, o termo *fast-publishing* descreve uma lógica produtiva que se caracteriza por processos acelerados, mediados por plataformas digitais, com pouca ou nenhuma curadoria editorial tradicional, baixa remuneração aos autores, forte dependência de mecanismos algorítmicos para visibilidade e venda dos livros e a produção de mercadoria cultural contingente como resultado. Ao mesmo tempo em que promete autonomia ao autor, esse modelo o transforma em prestador de serviços multifuncional, responsável por escrever, revisar, diagramar, publicar, divulgar e comercializar sua obra, sem qualquer garantia de retorno financeiro proporcional ao esforço.

O fenômeno da *fast-publishing* pode ser compreendido como a manifestação do capitalismo de plataforma no mercado editorial. Nesse regime, empresas como Amazon e Rakuten operam não como editoras tradicionais, mas como intermediárias digitais que oferecem ferramentas e interfaces para o autor autopublicar-se.

A curadoria, por sua vez, não se baseia mais no julgamento técnico ou literário de editores humanos, mas sim em sistemas automatizados de ranqueamento, palavras-chave e algoritmos de recomendação. Tais conglomerados tendem a operar com base em critérios de rentabilidade imediata, alta rotatividade de títulos e alinhamento com as

tendências globais de mercado, o que ameaça diretamente a bibliodiversidade e a sustentabilidade das editoras independentes. O resultado é uma inserção subordinada do Brasil no sistema editorial internacional, em que decisões sobre o que publicar, traduzir e divulgar são tomadas majoritariamente fora do país, reforçando uma lógica de dependência cultural que remonta a estruturas coloniais históricas.

3 BIBLIODIVERSIDADE SOB AMEAÇA

Cunhada na década de 1990 e frequentemente adotada e defendida por órgãos que congregam editores e outros profissionais ligados ao livro, a ideia de bibliodiversidade tem como essência o fomento à “[...] diversidade cultural aplicada ao mundo do livro. Ecoando com a biodiversidade, ela refere-se à necessária diversidade da produção editorial disponibilizada aos leitores” (Aliança Internacional dos Editores Independentes, 2014, p. 4).

O conceito de bibliodiversidade, fundamental para a soberania cultural dos países, está diretamente ameaçado tanto pela concentração editorial quanto pelo *fast-publishing*. Quando poucas empresas decidem o que publicar e quando a visibilidade depende do encaixe em categorias algorítmicas, perdem-se os espaços para vozes dissidentes, narrativas locais e expressões culturais não hegemônicas.

Como apontam Schiffrin (2006) e Muniz Jr. (2016), essa homogeneização impede que a literatura e o livro cumpram seu papel como instrumentos de crítica social e de formação cidadã. A publicação torna-se um serviço, e o livro, um produto rápido, descartável, condicionado por modas e cliques. O que se ganha em acessibilidade perde-se em densidade, diversidade e permanência.

Conforme os denomina a pesquisadora Marisa Midori Deaecto na apresentação da obra *Bibliodiversidade e preço do livro* (Deaecto; Sorel; Kalil, 2021), os “mastodontes” que dominam o mercado editorial atualmente forçam acordos comerciais com editoras e vendem livros com descontos insustentáveis para os demais agentes, monopolizando o setor e levando pequenas, médias e até grandes empresas especializadas no comércio de livros à falência.

Assim, defender a bibliodiversidade contra esse cenário é um ato decolonial. Valorizar múltiplas vozes, especialmente aquelas silenciadas pelos mecanismos do mercado global e pelos algoritmos das grandes plataformas, é enfrentar a lógica colonial que padroniza, hierarquiza e apaga saberes locais.

4 DISCUSSÃO

Em relação ao mercado editorial digital, a *fast-publishing* representa uma transformação tecnológica e econômica no modo de produção editorial que também precisa ser compreendido à luz de um processo histórico mais amplo de concentração do mercado e permanência de relações coloniais. Como vimos, atualmente, o mercado editorial mundial é dominado por conglomerados transnacionais que atuam como vetores de uma lógica de homogeneização cultural e dependência econômica.

Em relação ao mercado editorial impresso, Editoras como Penguin Random House, HarperCollins e Planeta, com matriz na Europa ou nos EUA, controlam selos no Brasil e em toda a América Latina, influenciando catálogos, estratégias de marketing e tendências de leitura. Essa dominação econômica é também uma dominação simbólica, pois define quais vozes são legítimas, quais temas são publicáveis e quais idiomas merecem tradução. Mignolo (2017) e Quijano (2002) denominam esse fenômeno como colonialidade do saber, ou seja, a manutenção de uma hierarquia que subordina a produção cultural do Sul Global aos interesses e formas de validação do Norte Global.

Essa relação de dependência também se manifesta nas plataformas de autopublicação, em que autores brasileiros, por exemplo, precisam escrever em formatos e gêneros valorizados pelos algoritmos anglo-americanos. A ideia de que qualquer um pode publicar esconde o fato de que poucos têm acesso à visibilidade e ao sucesso comercial, pois esses são mediados por lógicas opacas e desiguais.

Assim, tanto nos circuitos editoriais tradicionais quanto nas plataformas digitais, o Brasil permanece submetido a critérios externos de validação, reafirmando sua posição periférica no sistema de produção cultural global.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seja na produção de livros impressos, controlada majoritariamente por grandes editoras estrangeiras que adquiriram selos nacionais ao longo das últimas décadas, seja na produção de livros digitais, dominada pela “mastodonte” tecnológica Amazon por meio da plataforma Kindle Direct Publishing, o que se observa no mercado editorial brasileiro contemporâneo é a manutenção de uma relação colonizadora.

Essa lógica insere o Brasil em uma posição periférica na cadeia global de produção cultural, em que os fluxos de capital, os critérios editoriais, os padrões estéticos e os algoritmos de visibilidade são definidos por corporações do Norte Global. Assim, tanto os circuitos tradicionais da edição impressa quanto as novas dinâmicas da autopublicação digital reproduzem formas de dependência econômica e simbólica, em que a produção cultural local é subsumida a interesses de conglomerados transnacionais, reiterando uma hierarquia global do saber que perpetua a exploração do Sul pelo Norte.

A análise desenvolvida neste artigo evidencia que o fenômeno do *fast-publishing*, embora envolto em uma retórica de democratização do acesso à publicação e autonomia autoral, insere-se em uma lógica mais ampla de plataformização e precarização do trabalho cultural. Mediado por grandes plataformas digitais internacionais, esse modelo transforma o autor em um prestador de serviços multifuncional, responsável por todas as etapas da produção editorial, sob a tutela de algoritmos que regulam a visibilidade e o valor comercial da obra.

Ao articular o conceito de *fast-publishing* às dinâmicas globais de concentração editorial e colonialidade, demonstramos como essa forma de produção editorial não apenas precariza o trabalho criativo, mas também aprofunda desigualdades históricas no campo cultural. A promessa de acesso irrestrito à publicação convive com mecanismos de silenciamento, padronização estética e apagamento da bibliodiversidade, especialmente em contextos periféricos como o brasileiro.

O cenário mapeado aponta para uma tensão fundamental: a coexistência de possibilidades técnicas inéditas com formas renovadas de exploração simbólica e econômica. Nesse sentido, torna-se urgente pensar e construir alternativas à lógica dominante. Iniciativas baseadas na ética da colaboração, na valorização da diversidade cultural e na descolonização dos modos de produzir e circular o conhecimento mostram-se caminhos promissores. O fortalecimento de coletivos de autores, editoras independentes, redes de leitura crítica e modelos de curadoria compartilhada pode contribuir para a criação de um ecossistema editorial mais justo, plural e sustentável.

Por fim, compreendemos que a crítica ao *fast-publishing* não implica a rejeição das tecnologias digitais ou da autopublicação em si, mas sim a necessidade de problematizar as condições materiais e simbólicas que as sustentam. Pensar o futuro do livro, da leitura e da autoria exige, portanto, um olhar atento às estruturas de poder que continuam a organizar o campo editorial e um compromisso ativo com práticas que fortaleçam a bibliodiversidade e a liberdade criativa.

Para romper com esse ciclo, é necessário pensar em políticas de incentivo à bibliodiversidade, regulação das plataformas, fomento às editoras independentes e valorização do trabalho editorial como prática coletiva e cultural, com base na lógica decolonial.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. Plataformas digitais e uberização: Globalização de um Sul administrado? **Contracampo**, v. 39, n. 1, p. 12-26, abr./jul. 2020.

ALIANÇA INTERNACIONAL DOS EDITORES INDEPENDENTES. **Declaração Internacional dos Editores e Editoras Independentes 2014, para manter viva e fortalecer juntos a bibliodiversidade**. Paris: Aliança Internacional dos Editores Independentes, 2014.

DEAECTO, Marisa Midori; SOREL, Patricia; KALIL, Livia (orgs.). **Bibliodiversidade e Preço do Livro**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2021.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2002. p. 227-278.

MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 94, p.1-18, 2017.

MUNIZ JR., José de Souza. **Girafas e bonsais: editores “independentes” na Argentina e no Brasil (1991-2015)**. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

POELL, T.; NIEBORG, D. The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity. **New Media & Society**, v. 20, n. 11, p. 4275–4292, 2018.

SCHIFFRIN, André. **O negócio dos livros: como as grandes corporações decidem o que você lê**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2006.

SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge, UK; Malden, MA: Polity Press, 2016.

VECCHIO, Pollyanna de Mattos Moura. **O direito de publicar: autopublicação, fast-publishing e tecnologias digitais no mercado editorial brasileiro**. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagens) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022